

**FUNDO ALTERNATIVO ABERTO - SANTANDER
CARTEIRA ALTERNATIVA**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

| CONTEÚDO | PÁGINA |
|---|--------|
| I - RELATÓRIO DE GESTÃO..... | 3 |
| II - RELATÓRIO DE AUDITORIA..... | 17 |
| III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO SANTANDER CARTEIRA ALTERNATIVA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 | 22 |
| IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO SANTANDER CARTEIRA ALTERNATIVA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 | 25 |
| V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO SANTANDER CARTEIRA ALTERNATIVA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 | 27 |
| VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 | 29 |
| Nota 1 – Capital do Fundo..... | 30 |
| Nota 3 – Carteira de Títulos..... | 31 |
| Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos..... | 31 |
| Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial..... | 34 |
| Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações | 34 |
| Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados | 35 |
| Nota 15 – Custos Imputados | 35 |
| Nota 17 – Factos relevantes..... | 35 |

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo Alternativo Aberto Santander Carteira Alternativa

Em 12 de Abril de 2004, iniciou-se a comercialização do primeiro Fundo de Hedge Funds da Península Ibérica, o Fundo Santander Carteira Alternativa – Fundo Especial de Investimento. Com este lançamento, o Grupo pretendeu que os seus Clientes, passassem a usufruir de um produto sofisticado, que se encontrava praticamente vedado aos particulares.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das

Crescimento Económico Mundial

| | 2021 | 2022P | 2023P |
|----------------------------------|------------|------------|------------|
| Mundo | 6,1 | 3,2 | 2,9 |
| Países Avançados | 5,2 | 2,5 | 1,4 |
| EUA | 5,7 | 2,3 | 1,0 |
| UEM | 5,4 | 2,6 | 1,2 |
| Reino Unido | 7,4 | 3,2 | 0,5 |
| Japão | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| Países em Desenvolvimento | 6,8 | 3,6 | 3,9 |
| África | 4,6 | 3,8 | 4,0 |
| Ásia | 7,3 | 4,6 | 5,0 |
| China | 8,1 | 3,3 | 4,6 |
| Europa de Leste | 6,7 | -1,4 | 0,9 |
| Médio Oriente | 5,8 | 4,8 | 3,5 |
| América Latina | 6,9 | 3,0 | 2,0 |
| Brasil | 4,6 | 1,7 | 1,1 |

Fonte: FMI (julho de 2022)

matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021.

Assim, um ano que se perspetivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a consequente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do “World Economic Outlook”, incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo privado manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do “Instrumento de Proteção da Transmissão”, que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspetivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

| | 2021 | 2022P | 2023P |
|------------------------------------|------------|------------|------------|
| PIB | 4,9 | 6,9 | 1,0 |
| Consumo Privado | 4,5 | 4,8 | -0,6 |
| Consumo Público | 4,1 | 2,7 | 3,3 |
| Investimento | 7,9 | -1,1 | 0,7 |
| Exportações | 13,1 | 20,5 | 2,9 |
| Importações | 13,1 | 11,4 | 1,5 |
| Inflação média | 1,3 | 7,5 | 3,7 |
| Desemprego | 6,6 | 6,4 | 6,7 |
| Saldo Orçamental (% do PIB) | -2,8 | -1,5 | -0,9 |
| Dívida pública (% do PIB) | 127,4 | 118,2 | 115,6 |
| Bal. Corrente e Capital (% do PIB) | 0,7 | 0,3 | 0,5 |

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

O cenário de guerra e a subida dos preços da energia e das matérias-primas vieram alterar o enquadramento, tendo a atividade já contraído marginalmente no segundo trimestre (-0,2%), embora com um crescimento de 6,9% face ao mesmo período do ano passado.

Esta desaceleração homóloga foi explicada por um menor contributo do consumo privado e investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspetivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa, mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Política de investimento

A política de investimento do Fundo encontra-se vocacionada para o investimento em *Hedge Funds* (Fundos *singlemanager*) e Fundos de *Hedge Funds* (Fundos *multimanager*), geridos por outras entidades gestoras, que se diferenciam pelo estilo de gestão que adotam e pelo nível de risco que assumem. Esses estilos de gestão podem ser divididos em 3 grandes categorias: Estratégias de Tendência de Mercado/Oportunista, *Event-Driven* e Estratégias de Arbitragem. Existe ainda uma última categoria que consiste na utilização simultânea das diversas estratégias. O Fundo segue uma abordagem multiestratégia na sua política de investimento. O objetivo do Fundo é apresentar rendibilidades absolutas, isto é, descorrelacionadas em relação aos mercados financeiros.

A sociedade gestora recorre aos serviços especializados da empresa Optimal Investment Services SA, com sede na Suíça, a qual faz parte do Grupo económico (Grupo Santander) onde a sociedade gestora também se insere, e prestará serviços de consultoria e de aconselhamento em matéria de investimentos, tendo em conta a política de investimentos do Fundo. Esta entidade não prestará serviços de aconselhamento relativamente a Fundos por ela geridos.

A política de investimento esteve, à semelhança dos anos anteriores, focada na manutenção de elevadas posições de liquidez, com o conseqüente desinvestimento dos fundos que compõem a sua carteira.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

| Ano | Número de Unidades de Participação | Valor da Unidade de Participação (€) |
|------------|---|---|
| 2012 | 563 089 | 5,1821 |
| 2013 | 548 901 | 5,2088 |
| 2014 | 421 396 | 5,3119 |
| 2015 | 318 368 | 5,4075 |
| 2016 | 285 903 | 5,4101 |
| 2017 | 248 670 | 5,5434 |
| 2018 | 245 654 | 5,6277 |
| 2019 | 237 949 | 5,6885 |
| 2020 | 235 227 | 5,6359 |
| 2021 | 235 227 | 5,4854 |

Em 30 de Junho de 2022, o valor líquido global do Fundo ascendia a 1 270 045,73 euros, repartidos por 229 983 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,5223 euros.

Performance

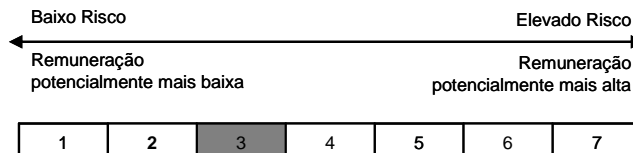
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

| Ano | Rendibilidade | Risco | Classe de Risco |
|------------|----------------------|--------------|------------------------|
| 2010 | -2,95% | 2,32% | 3 |
| 2011 | 5,09% | 22,27% | 6 |
| 2012 | -3,77% | 3,12% | 2 |
| 2013 | 0,52% | 2,39% | 3 |
| 2014 | 1,98% | 2,38% | 3 |
| 2015 | 1,80% | 2,95% | 3 |
| 2016 | 0,05% | 2,90% | 3 |
| 2017 | 2,47% | 5,43% | 4 |
| 2018 | 1,52% | 5,65% | 4 |
| 2019 | 1,08% | 4,80% | 4 |
| 2020 | -0,93% | 6,71% | 4 |
| 2021 | -2,67% | 3,23% | 3 |

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade do fundo é de -0,57% e a classe de risco é de 3 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Desde o início do Fundo:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020.

Custos e Proveitos

| Descrição | 2022-06-30 | 2021-06-30 | Variação | |
|---|---------------|----------------|----------------|--------------|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Proveitos | | | | |
| Juros e Proveitos Equiparados | 3 010 | 1 | 3 009 | 545578% |
| Rendimento de Títulos | 0 | 31 | -31 | -100% |
| Ganhos em Operações Financeiras | 24 229 | 40 745 | -16 515 | -41% |
| Reposição e Anulação de Provisões | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Total | 27 239 | 40 776 | -13 537 | -33% |
| Custos | | | | |
| Juros e Custos Equiparados | 4 393 | 3 838 | 555 | 14% |
| Comissões e Taxas | 3 885 | 3 649 | 236 | 6% |
| Comissão de gestão | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Comissão de depósito | 320 | 331 | -11 | -3% |
| Outras comissões e taxas | 3 565 | 3 319 | 247 | 7% |
| Perdas em Operações Financeiras | 9 059 | 51 935 | -42 876 | -83% |
| Impostos | 507 | 345 | 162 | 47% |
| Provisões para encargos | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais | 685 | 322 | 363 | 113% |
| Total | 18 530 | 60 090 | -41 560 | -69% |
| Resultado do Fundo | 8 710 | -19 314 | 28 023 | -145% |

Demonstração do Património

| Descrição | 2022-06-30 | 2021-12-31 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Valores mobiliários | 75 950 | 78 605 |
| Saldos bancários | 1 199 178 | 1 215 049 |
| Outros ativos | 923 | 887 |
| Total dos ativos | 1 276 051 | 1 294 541 |
| Passivo | 6 006 | 4 218 |
| Valor Líquido do OIC | 1 270 046 | 1 290 323 |

Evolução dos ativos sob gestão

| Descrição | 30.06.2022 | | 31.12.2021 | |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Valor | Peso Relativo | Valor | Peso Relativo |
| Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação | 75 950 | 5,95% | 78 605 | 6,07% |
| Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN | 75 950 | 5,95% | 78 605 | 6,07% |
| <i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i> | 75 950 | 5,95% | 78 605 | 6,07% |
| Total do ativo | 1 276 051 | 5,95% | 1 294 541 | 6,07% |

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;

- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2022) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 29 de agosto de 2022

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Santander Carteira Alternativa - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 1 276 051 euros e um total de capital do Fundo de 1 270 046 euros, incluindo um resultado líquido de 8 710 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Santander Carteira Alternativa - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto**, em 30 de junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no Anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022 do Fundo refletem as operações realizadas entre 20 de dezembro de 2021 e 19 de junho de 2022, data do último apuramento do valor líquido global do fundo e do valor da unidade de participação, nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas

- não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
 - (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

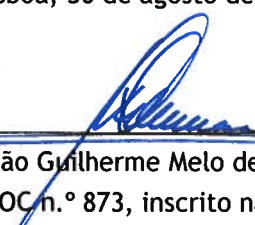
Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO SANTANDER CARTEIRA ALTERNATIVA -
FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE
JUNHO DE 2022**

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2022-06-30

| ACTIVO | | | | | | CAPITAL E PASSIVO | | | | | | |
|--------------|--|------------------|---------------|--------------|------------------|-------------------|-------------|--|------------------|--|------------|------------------|
| Código | | 2022-06-30 | | | 2021-12-31 | | Código | | 2022-06-30 | | 2021-12-31 | |
| | | Bruto | Mv | mv/P | Líquido | Líquido | | | | | | |
| | Outros Activos | | | | | | | | | | | |
| 32 | Activos Fixos Tangíveis das SIM | | | | | | 61 | Unidades de Participação | 1 149 917 | | | 1 176 134 |
| 33 | Activos Fixos Intangíveis das SIM | | | | | | 62 | Variações Patrimoniais | 3 028 534 | | | 3 031 305 |
| | <i>Total Outros Activos das SIM</i> | | | | | | 64 | Resultados Transitados | (2 917 116) | | | (2 881 729) |
| | Carteira de Títulos | | | | | | 65 | Resultados Distribuídos | | | | |
| 21 | Obrigações | | | | | | 67 | Dividendos antecipados das SIM | | | | |
| 22 | Ações | | | | | | 66 | Resultado Líquido do Período | 8 710 | | | (35 387) |
| 23 | Outros Títulos de Capital | | | | | | | <i>Total do Capital do OIC</i> | <u>1 270 046</u> | | | <u>1 290 323</u> |
| 24 | Unidades de Participação | 36 295 | 39 992 | (338) | 75 950 | 78 605 | | Provisões Acumuladas | | | | |
| 25 | Direitos | | | | | | 481 | Provisões para Encargos | | | | |
| 26 | Outros Instrumentos da Dívida | | | | | | | <i>Total de Provisões Acumuladas</i> | | | | |
| | <i>Total da Carteira de Títulos</i> | <u>36 295</u> | <u>39 992</u> | <u>(338)</u> | <u>75 950</u> | <u>78 605</u> | | Terceiros | | | | |
| | Outros Activos | | | | | | 421 | Resgates a Pagar aos Participantes | | | | |
| 31 | Outros activos | | | | | | 422 | Rendimentos a Pagar aos Participantes | | | | |
| | <i>Total de Outros Activos</i> | | | | | | 423 | Comissões a Pagar | 609 | | | 533 |
| | Terceiros | | | | | | 424+...+429 | Outras contas de Credores | 97 | | | 99 |
| 411+...+ 418 | Contas de Devedores | | | | | | 43+12 | Empréstimos Obtidos | | | | |
| 424 | Estado e Outros Entes Públicos | 603 | | | 603 | 603 | 44 | Pessoal | | | | |
| | <i>Total de Valores a Receber</i> | <u>603</u> | | | <u>603</u> | <u>603</u> | 46 | Accionistas | | | | |
| | Disponibilidades | | | | | | | <i>Total de Valores a Pagar</i> | <u>707</u> | | | <u>632</u> |
| 11 | Caixa | | | | | | | Acréscimos e diferimentos | | | | |
| 12 | Depósitos à Ordem | 1 199 178 | | | 1 199 178 | 1 215 049 | 55 | Acréscimos de Custos | 661 | | | 591 |
| 13 | Depósitos a Prazo e com Pré-aviso | | | | | | 56 | Receitas com Provento Diferido | | | | |
| 14 | Certificados de Depósito | | | | | | 58 | Outros Acréscimos e Diferimentos | 4 638 | | | 2 995 |
| 18 | Outros Meios Monetários | | | | | | 59 | Contas transitórias passivas | | | | |
| | <i>Total das Disponibilidades</i> | <u>1 199 178</u> | | | <u>1 199 178</u> | <u>1 215 049</u> | | <i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i> | <u>5 299</u> | | | <u>3 586</u> |
| | Acréscimos e diferimentos | | | | | | | TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO | <u>1 276 051</u> | | | <u>1 294 541</u> |
| 51 | Acréscimos de Proventos | 14 | | | 14 | | | | | | | |
| 52 | Despesas com Custo Diferido | | | | | | | | | | | |
| 58 | Outros acréscimos e diferimentos | 306 | | | 306 | 283 | | | | | | |
| 59 | Contas transitórias activas | | | | | | | | | | | |
| | <i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i> | <u>320</u> | | | <u>320</u> | <u>283</u> | | | | | | |
| | TOTAL DO ACTIVO | <u>1 236 397</u> | <u>39 992</u> | <u>(338)</u> | <u>1 276 051</u> | <u>1 294 541</u> | | | | | | |
| | Número total de Unidades de Participação em circulação | | | | 229 983 | 235 227 | | Valor Unitário da Unidade Participação | <u>5,5223</u> | | | <u>5,4854</u> |

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-06-30

| DIREITOS SOBRE TERCEIROS | | | | RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS | | | |
|--------------------------------------|--|------------|------------|--------------------------------------|--|------------|------------|
| Código | | 2022-06-30 | 2021-12-31 | Código | | 2022-06-30 | 2021-12-31 |
| Operações Cambiais | | | | Operações Cambiais | | | |
| 911 | À vista | | | 911 | À vista | | |
| 912 | A prazo (forwards cambiais) | | | 912 | A prazo (forwards cambiais) | 76 422 | 72 027 |
| 913 | Swaps cambiais | | | 913 | Swaps cambiais | | |
| 914 | Opções | | | 914 | Opções | | |
| 915 | Futuros | | | 915 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | 76 422 | 72 027 |
| Operações Sobre Taxas de Juro | | | | Operações Sobre Taxas de Juro | | | |
| 921 | Contratos a prazo (FRA) | | | 921 | Contratos a prazo (FRA) | | |
| 922 | Swap de taxa de juro | | | 922 | Swap de taxa de juro | | |
| 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | | 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | |
| 924 | Opções | | | 924 | Opções | | |
| 925 | Futuros | | | 925 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| Operações Sobre Cotações | | | | Operações Sobre Cotações | | | |
| 934 | Opções | | | 934 | Opções | | |
| 935 | Futuros | | | 935 | Futuros | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| Compromissos de Terceiros | | | | Compromissos Com Terceiros | | | |
| 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | | 941 | Subscrição de títulos | | |
| 944 | Valores recebidos em garantia | | | 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | |
| 945 | Empréstimos de títulos | | | 943 | Valores cedidos em garantia | | |
| | <i>Total</i> | | | | <i>Total</i> | | |
| | <i>TOTAL DOS DIREITOS</i> | | | | <i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i> | 76 422 | 72 027 |
| 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | 76 422 | 72 027 | 99 | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | |

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO SANTANDER
CARTEIRA ALTERNATIVA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2022-06-30

| CUSTOS E PERDAS | | | PROVEITOS E GANHOS | | | | |
|---------------------|---|---------------|--------------------|-----------------|--|---------------|---------------|
| Código | | 2022-06-30 | 2021-06-30 | Código | | 2022-06-30 | 2021-06-30 |
| | Custos e Perdas Correntes | | | | Proveitos e Ganhos Correntes | | |
| | Juros e Custos Equiparados | | | | Juros e Proveitos Equiparados | | |
| 711+...+718 | De Operações Correntes | | | 812+813 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | | |
| 719 | De Operações Extrapatrimoniais | 4 393 | 3 838 | 811+814+817+818 | De Operações Correntes | 18 | |
| | Comissões e Taxas | | | 819 | De Operações Extrapatrimoniais | 2 992 | 1 |
| 722+723 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | 1 314 | 917 | | Rendimentos de Títulos e Outros Activos | | |
| 724+...+728 | Outras, de Operações Correntes | 2 571 | 2 732 | 822+...+824+825 | Da Carteira de Títulos e Outros Activos | | 31 |
| 729 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 829 | De Operações Extrapatrimoniais | | |
| | Perdas em Operações Financeiras | | | | Ganhos em Operações Financeiras | | |
| 732+733 | Na Carteira de Títulos e Outros Activos | 9 059 | 51 935 | 832+833 | Na Carteira de Títulos e Outros Activos | 22 298 | 36 309 |
| 731+738 | Outras, em Operações Correntes | | | 831+838 | Outros, em Operações Correntes | | |
| 739 | Em Operações Extrapatrimoniais | | | 839 | Em Operações Extrapatrimoniais | 1 931 | 4 436 |
| | Impostos | | | | Reposição e Anulação de Provisões | | |
| 7411+7421 | Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais | | | 851 | Provisões para Encargos | | |
| 7412+7422 | Impostos Indirectos | 507 | 345 | 87 | Outros Proveitos e Ganhos Correntes | | |
| 7418+7428 | Outros impostos | | | | | | |
| | Provisões do Exercício | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i> | <u>27 239</u> | <u>40 776</u> |
| 751 | Provisões para Encargos | | | | | | |
| 77 | Outros Custos e Perdas Correntes | 685 | 322 | 89 | Outros Proveitos e Ganhos das SIM | | |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i> | <u>18 530</u> | <u>60 090</u> | | <i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i> | | |
| 79 | Outros Custos e Perdas das SIM | | | | | | |
| | <i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i> | | | | | | |
| | Custos e Perdas Eventuais | | | | Proveitos e Ganhos Eventuais | | |
| 781 | Valores Incobráveis | | | 881 | Recuperação de Incobráveis | | |
| 782 | Perdas Extraordinárias | | | 882 | Ganhos Extraordinários | | |
| 783 | Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores | | | 883 | Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores | | |
| 788 | Outras Custos e Perdas Eventuais | | | 888 | Outros Proveitos e Ganhos Eventuais | | 0 |
| | <i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i> | | | | <i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i> | | <u>0</u> |
| 63 | Impostos Sobre o Rendimento do Exercício | | | | | | |
| 66 | Resultado Líquido do Período | <u>8 710</u> | | 66 | Resultado Líquido do Período | | <u>19 313</u> |
| | TOTAL | <u>27 239</u> | <u>60 090</u> | | TOTAL | <u>27 239</u> | <u>60 090</u> |
| (8x2/3/4/5)-(7x2/3) | Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos | 11 925 | (16 513) | F-E | Resultados Eventuais ((F)-(E)) | | 0 |
| 8x9-7x9 | Resultados das Operações Extrapatrimoniais | 529 | 598 | B+D+F-A-C-E+74 | Resultados Antes de Impostos | 9 217 | (18 968) |
| B-A | Resultados Correntes ((B)-(A)) | 8 710 | (19 314) | B+D+F-A-C-E | Resultado Líquido do Período | 8 710 | (19 313) |

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO SANTANDER
CARTEIRA ALTERNATIVA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

| DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS | 30-06-2022 | 30-06-2021 |
|---|------------------|------------------|
| OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC | | |
| RECEBIMENTOS: | 0 | 0 |
| Subscrições de unidades de participação | | |
| Comissão de Subscrição | | |
| Comissão de Resgate | | |
| PAGAMENTOS: | (28 987) | 0 |
| Resgates de unidades de participação | (28 987) | |
| Rendimentos pagos aos participantes | | |
| Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC | (28 987) | 0 |
| OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS | | |
| RECEBIMENTOS: | 22 853 | 30 628 |
| Venda de títulos e outros ativos da carteira | | |
| Reembolso de títulos e outros ativos da carteira | | |
| Resgates de unidades de participação noutros OIC | 22 853 | 30 597 |
| Rendimento de títulos e outros ativos da carteira | | 31 |
| Juros e proveitos similares recebidos | | |
| Outros recebimentos relacionados com a carteira | | |
| PAGAMENTOS: | (1 610) | (917) |
| Compra de títulos e outros ativos da carteira | | |
| Subscrição de unidades de participação noutros OIC | | |
| Subscrição de títulos e outros ativos | | |
| Juros e custos similares pagos | | |
| Comissões de Bolsa suportadas | | |
| Comissões de corretagem | | |
| Outras taxas e comissões | (1 610) | (917) |
| Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos | 21 243 | 29 710 |
| OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS | | |
| RECEBIMENTOS: | 309 232 | 668 680 |
| Operações cambiais | 309 232 | 668 680 |
| Operações de taxa de juro | | |
| Operações sobre cotações | | |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | | |
| PAGAMENTOS: | (314 031) | (669 170) |
| Operações cambiais | (314 031) | (669 170) |
| Operações de taxa de juro | | |
| Operações sobre cotações | | |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | | |
| Comissões em contratos de futuros | | |
| Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas | (4 799) | (490) |
| OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE | | |
| RECEBIMENTOS: | 4 | 0 |
| Juros de depósitos bancários | 4 | |
| Outros recebimentos correntes | 0 | |
| PAGAMENTOS: | (3 333) | (2 292) |
| Juros Disp./Emprst. | | |
| Comissão de gestão | | |
| Comissão de depósito | (332) | (343) |
| Compras com acordo de revenda | | |
| Impostos e taxas | (1 817) | (1 532) |
| Outros pagamentos correntes | (1 184) | (417) |
| Fluxo das Operações de Gestão Corrente | (3 329) | (2 292) |
| OPERAÇÕES EVENTUAIS | | |
| RECEBIMENTOS: | 0 | 0 |
| Outros recebimentos de operações eventuais | | 0 |
| PAGAMENTOS: | 0 | (1 000) |
| Outros pagamentos de operações eventuais | | (1 000) |
| Fluxo das Operações Eventuais | 0 | (1 000) |
| Saldo dos Fluxos de Caixa do Período: | (15 871) | 25 929 |
| Disponibilidades no Início do Período: | 1 215 049 | 1 165 146 |
| Disponibilidades no Fim do Período: | 1 199 178 | 1 191 075 |

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

O valor da unidade de participação, de acordo com o Regulamento de Gestão do Fundo, é apurado com uma periodicidade mensal, no dia 19 (ou dia útil anterior) de cada mês. Desta forma, o relatório e contas do primeiro semestre do Fundo Carteira Alternativa reflete as operações realizadas entre 17 de dezembro de 2021 a 17 de junho de 2022.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

| Descrição | 31-12-2021 | Subscrições | Resgates | Distribuição de Resultados | Outros | Resultados do Exercício | 30-06-2022 |
|-----------------------------|-------------|-------------|----------|----------------------------|----------|-------------------------|-------------|
| Valor base | 1 176 134 | - | (26 216) | - | - | - | 1 149 917 |
| Diferença p/Valor Base | 3 031 305 | - | (2 771) | - | - | - | 3 028 534 |
| Resultados distribuídos | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultados acumulados | (2 881 729) | - | - | - | (35 387) | - | (2 917 116) |
| Resultados do período | (35 387,09) | - | - | - | 35 387 | 8 710 | 8 710 |
| Total | 1 290 323 | - | (28 987) | - | - | 8 710 | 1 270 046 |
| Nº de Unidades participação | 235 227 | - | (5 243) | - | - | - | 229 983 |
| Valor Unidades participação | 5,4854 | - | 5,5284 | - | - | - | 5,5223 |

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

| Escalões | Número de participantes |
|------------------|-------------------------|
| Ups >= 25% | 1 |
| 10% <= Ups < 25% | - |
| 5% <= Ups < 10% | - |
| 2% <= Ups < 5% | 2 |
| 0.5% <= Ups < 2% | 11 |
| Ups < 0.5% | 1 |
| TOTAL | 15 |

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

| Ano | Data | VLGF | Valor da UP | Nº UP em circulação |
|------|-----------|-----------|-------------|---------------------|
| 2022 | 17/jun/22 | 1 270 046 | 5,5223 | 229 983 |
| | 19/mai/22 | 1 270 378 | 5,5238 | 229 983 |
| | 19/abr/22 | 1 270 284 | 5,5234 | 229 983 |
| | 18/mar/22 | 1 300 437 | 5,5284 | 235 227 |
| | 18/fev/22 | 1 300 883 | 5,5303 | 235 227 |
| | 19/jan/22 | 1 289 509 | 5,4820 | 235 227 |
| 2021 | 17/dez/21 | 1 290 323 | 5,4854 | 235 227 |
| | 17/set/21 | 1 288 318 | 5,4769 | 235 227 |
| | 18/jun/21 | 1 306 397 | 5,5538 | 235 227 |
| | 19/mar/21 | 1 335 583 | 5,6779 | 235 227 |
| 2020 | 18/dez/20 | 1 325 710 | 5,6359 | 235 227 |
| | 18/set/20 | 1 322 994 | 5,6243 | 235 227 |
| | 19/jun/20 | 1 322 705 | 5,6231 | 235 227 |
| | 19/mar/20 | 1 370 995 | 5,7617 | 237 949 |

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos Valias | Valor da carteira | Juros corridos | Total |
|---|--------------------|---------------|--------------|-------------------|----------------|---------------|
| 01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad. | | | | | | |
| 01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados | | | | | | |
| 01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs) | | | | | | |
| GCM Little Arbor S7 | 21 091 | 39 992 | - | 61 083 | - | 61 083 |
| Harb Streamline PE | 12 981 | - | (299) | 12 682 | - | 12 682 |
| Harb Streamline L | 2 223 | - | (38) | 2 185 | - | 2 185 |
| | 36 295 | 39 992 | (338) | 75 950 | - | 75 950 |
| TOTAL | 36 295 | 39 992 | (338) | 75 950 | - | 75 950 |

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2022 foi o seguinte:

| Descrição | 31-12-2021 | Aumentos | Reduções | 30-06-2022 |
|-------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| Depósitos à ordem | 1 215 049 | 332 089 | 347 960 | 1 199 178 |
| TOTAL | 1 215 049 | 332 089 | 347 960 | 1 199 178 |

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades

não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado mensalmente no dia 19 (ou dia útil anterior) de cada mês e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2022, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

| Moedas | À vista | A Prazo | | | | | Posição Global |
|------------------|---------|---------|---------|-------|--------|---------------|----------------|
| | | Forward | Futuros | Swaps | Opções | Total a Prazo | |
| USD | 105 261 | 85 000 | - | - | - | 85 000 | 190 261 |
| Contravalor Euro | 100 382 | 81 060 | - | - | - | 81 060 | 181 442 |

Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações

Em 30 de junho de 2022, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

| Ações e Valores Similares | Montantes (Euros) | Extra-Patrimoniais | | Saldo |
|---------------------------|-------------------|--------------------|--------|--------|
| | | Futuros | Opções | |
| Unidades de Participação | 75 950 | - | - | 75 950 |

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2021:

| | Perda potencial no final do período em análise | Perda potencial no final do exercício anterior |
|------------------------|--|--|
| Carteira sem derivados | 1 270 046 | 1 290 323 |
| Carteira com derivados | 1 188 985 | 1 215 301 |
| | 6,38% | 5,81% |

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2022 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

| Encargos | Valor | %VLGF ⁽¹⁾ |
|-------------------------|-------|----------------------|
| Comissão de Gestão Fixa | - | 0,00% |
| Comissão de Depósito | 333 | 0,03% |
| Taxa de Supervisão | 1 396 | 0,11% |
| Custos de Auditoria | 685 | 0,05% |
| Encargos outros OIC | - | 0,00% |
| Outros Custos Correntes | 1 350 | 0,11% |
| TOTAL | 3 763 | 0,29% |

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.